

IV — Outras actividades:

Representante do MTSS na Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária, desde 2006;

Representante do MTSS no Pré-Comité do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, em 2006;

Delegada nacional no Comité do Programa Comunitário de Aprendizagem ao Longo da Vida, desde 2007;

Representante do MTSS no Grupo das Autoridades Nacionais para a execução e gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, desde Fevereiro de 2008;

Representante do MTSS no Comité para o Programa de Acção Comunitária para Combate à Discriminação de 2000 a 2006;

Representante do MTSS no Grupo Ad-Hoc de Altos Funcionários (União Europeia) para a Não Discriminação;

Representante nacional no Comité para a Análise, Pesquisa e Cooperação no Domínio do Emprego e do Mercado de Trabalho (União Europeia), de 1999 a 2002;

Perita da Organização Interministerial do Trabalho, no âmbito do Programa PREP;

Representante da DGERT na Comissão de acompanhamento do PNE;

Representante da DGERT no conselho geral do IGFSE, de 2000 a 2007 e no conselho consultivo do IGFSE, desde 2008;

Representante do MTSS nas comissões de acompanhamento dos Programas Operacionais POEFDS, EQUAL, POAT/QCIII e POAGRO e nas Unidades de Gestão do POAT/FSE e da Iniciativa EQUAL, de 2000 a 2007.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

I — Identificação: Maria Eduarda da Silva Pires Coelho, nascida a 10 de Março de 1949.

II — Habilitações académicas: licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, em Janeiro de 1972. Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Junho de 2004.

III — Actividade profissional:

De 1972 a 1973, consultora jurídica do Departamento de Contencioso do grupo empresarial Grão-Pará, onde exerceu funções, nomeadamente no âmbito do direito civil comercial e do trabalho;

Em Setembro de 1973, ingressou no quadro da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações como chefe de secção de Sindicatos, lugar para o qual era exigida a licenciatura em Direito, onde assegurou funções de chefia e técnico-jurídicas. Em Junho de 1976, transitou para a Divisão de Regulamentação Colectiva do Trabalho, onde desempenhou funções técnico-jurídicas até Maio de 1989;

Desde Maio de 1989, vem assumindo, ininterruptamente, cargos de dirigente:

De Maio de 1989 a Agosto de 1994, foi requisitada pela APL — Administração do Porto de Lisboa, onde exerceu funções de dirigente na área das relações laborais e de gestão de recursos humanos;

Em Agosto de 1994, regressou, a seu pedido, à Direcção-Geral das Condições de Trabalho e assegurou, até Maio de 1997, a chefia da Divisão de Regulamentação Colectiva e Organizações do Trabalho;

De Maio de 1997 a Novembro de 2002, exerceu funções de directora de serviços do Trabalho, tendo a última nomeação para este cargo ocorrido em 12 de Junho de 2001, na sequência de concurso;

Desde Novembro de 2002, é titular do cargo de subdirectora-geral na área das relações e condições de trabalho da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, tendo a última nomeação produzido efeitos a partir de 16 de Maio de 2005;

Ao longo da carreira profissional tem assegurado, nomeadamente:

A representação do Ministério responsável pela área laboral em diversos grupos de trabalho interministeriais;

No âmbito da cooperação com a CPLP, o acompanhamento de altos dirigentes sobre condições e relações de trabalho, tendo, designadamente, realizado em Cabo Verde (1998) vários seminários sobre contratação colectiva;

Acompanhamento das matérias inerentes ao depósito de convenções colectivas de trabalho, de acordos de adesão, decisões arbitrais e deliberações de comissões paritárias; à preparação de regulamentos de extensão de convenções colectivas; à elaboração de avisos sobre a data da cessação da vigência de convenções colectivas e; à prática dos actos relativos às organizações do trabalho atribuídos por lei ao ministério responsável pela área laboral;

A intervenção na elaboração de projectos de legislação sobre condições de trabalho e relações laborais;

No âmbito internacional, o acompanhamento da feitura de relatórios sobre a aplicação de vários instrumentos, nomeadamente, da Carta Social Europeia, do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, bem como das respostas a questionários de organizações internacionais, designadamente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);

A nível comunitário, o acompanhamento de matérias comunitárias no âmbito da Direcção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, quer na fase de negociação de propostas de directivas, quer na fase de transposição das mesmas. Durante a presidência portuguesa da União Europeia, em 2000, foi membro da delegação portuguesa no Grupo das Questões Sociais, responsável pela negociação de duas propostas de Directivas em matéria de igualdade e não discriminação.

Despacho n.º 22777/2008

Considerando que os licenciados Maria Terezinha Marques Salgueiro de Oliveira Garrido e Jorge Gabriel Fernandes de Gouveia, para além dos requisitos gerais exigíveis pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, para o exercício de cargos de direcção superior, possuem a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções que têm vindo a desempenhar como secretários-gerais-adjuntos da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social:

Tendo em atenção os resultados que os mesmos obtiveram no exercício dessas funções, entende-se que devem manter-se no exercício daqueles cargos.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º, no n.º 3 do artigo 19.º e no artigo 22.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 63/2007 de 29 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — São renovadas as comissões de serviço dos secretários-gerais-adjuntos da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, licenciados Maria Terezinha Marques Salgueiro de Oliveira Garrido e Jorge Gabriel Fernandes de Gouveia.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 9 de Maio de 2008.

6 de Junho de 2008. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

Maria Terezinha Marques Salgueiro de Oliveira Garrido, natural de Sardoal, distrito de Santarém, casada, dois filhos. Licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa. Frequentou no ISE o curso de pós-graduação em Métodos Matemáticos para a Economia. Tirou o Seminário de Alta Direcção em 2004, no Instituto Nacional de Administração.

Entre 1977 e 1995 foi docente no ISCTE e no ISEG onde leccionou as cadeiras de Economia de Empresa e Contabilidade, Estudos Aplicados de Economia II, Política de Preços, Política de Rendimentos e Preços, Fontes e Métodos Estatísticos e Economia Portuguesa e Europeia.

Entre 1983 e 1990 foi técnica superior no Departamento Central de Planeamento do Ministério do Planeamento e Administração do Território, tendo sido coordenadora dos Planos Integrados de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego e da Cova da Beira. Foi assessora da Direcção-Geral de Concorrência e Preços do Ministério da Economia, entre 1990 e 1995. É assessora principal desde 1995 e pertence ao quadro da Secretaria-Geral do MTSS. Em Outubro de 1995 foi nomeada adjunta do Ministro da Economia. Foi adjunta do Secretário de Estado para a Competitividade e Internacionalização. Em Janeiro de 1998 foi nomeada assessora do Secretário de Estado do Emprego e Formação cargo que exerceu até Outubro de 1999, altura em que integrou como assessora o Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho e Formação.

Entre 2000 e 2005 exerceu as funções de subdirectora-geral do Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Foi membro do Comité Consultivo para a Livre Circulação de Trabalhadores do Conselho da União Europeia na qualidade de representante governamental, entre 2001 e 2005. Foi membro do Comité Técnico para a Livre Circulação de Trabalhadores do Conselho da União Europeia na qualidade de representante governamental entre 2001 e 2005.

Foi representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social na Comissão Interministerial para os Assuntos Comunitários do MNE, entre 2001 e 2005.

Em Maio de 2005 foi nomeada secretária-geral-adjunta da Secretaria-Geral do MTSS.

Nota curricular

Jorge Gabriel Fernandes de Gouveia, nascido em Machico, Madeira. Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa. Estágio de advocacia, com a duração de 18 meses, concluído em 1982. Experiência profissional:

Técnico superior, de 1982 a 1988, na Direcção-Geral da Organização e Recursos Humanos da SESS, e em 1989, no Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado;

Assessor jurídico da Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde, em 1993, e nos Serviços Sociais do Ministério da Saúde, de 1994 a 1996;

Assessor principal desde Maio de 1995;

Antiguidade na função pública — 34 anos;

Enquanto técnico superior desenvolveu a sua actividade nas áreas jurídica e da gestão e administração de recursos humanos.

Cargos dirigentes:

Adjunto do director regional da Direcção de Gestão Habitacional de Santo André do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado de 19-09-89 a 26-12-90;

Chefe de divisão de Pessoal e Administração do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado de 27-12-90 a 31-01-93;

Chefe de divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Cascais de 16-08-93 a 30-06-94;

Chefe de divisão de Quadros e Carreiras da Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade e Segurança Social de 16-01-97 a 27-10-98;

Vogal do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde de 28-10-98 a 30-06-2000;

Director de serviços de Administração de Pessoal, Expediente e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade de 01-06-2000 a 08-05-2005;

Secretário-geral-adjunto da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de 09-05-2005 e até à presente data.

Outras experiências profissionais:

Vogal do conselho directivo da Associação Mutualista dos Trabalhadores da Saúde de 16-11-1998 a 31-05-2000;

Consultor jurídico do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado de Junho de 1993 a Janeiro de 1995;

Exercício da advocacia durante alguns anos, estando, actualmente, com a sua inscrição suspensa na Ordem dos Advogados.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.

Despacho n.º 22778/2008

Considerando que no período compreendido entre 18 de Agosto e 5 de Setembro de 2008 estarei ausente por motivo de férias, ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego as competências que me estão cometidas no âmbito do Fundo de Garantia Salarial e do Fundo de Socorro Social, no vogal do conselho directivo Dr. Nelson da Silva Ferreira.

13 de Agosto de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Augusto Antunes Gaspar*.

Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

Despacho n.º 22779/2008

Considerando que o aviso para abertura de concurso interno para admissão a estágio de preenchimento de 1 vaga categoria de técnico superior de 2.º Classe, da carreira de técnico superior, com a licenciatura em Direito, no Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., foi publicado em duplicado — Avisos n.ºs 22673/2008 e 22675/2008, ambos de 29 de Agosto, no *Diário da República* 2.ª série, n.º 167 — dá-se por anulado e sem efeito o aviso publicado em último lugar.

29 de Agosto de 2008. — A Subdirectora, *Deolinda Picado*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 22780/2008

Atendendo à elevada prevalência da obesidade em Portugal, à sua taxa de crescimento anual, às elevadas morbidade e mortalidade que, directa ou indirectamente, a acompanham, aos custos associados e à dificuldade do seu tratamento foi criado por despacho ministerial, de 28 de Janeiro de 2005, o Programa Nacional de Combate à Obesidade.

Pelo despacho n.º 4571/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 2 de Março de 2005, foi criada a comissão de coordenação do Programa Nacional de Combate à Obesidade com o objectivo de acompanhar e avaliar o desenvolvimento do referido Programa.

Posteriormente, considerando o interesse em se actuar de forma integrada, transversal e intersectorial no combate à obesidade, foi criada a plataforma contra a obesidade.

Observando os benefícios para as pessoas obesas associados à perda intencional de peso, designadamente ao nível da melhoria da qualidade de vida, na redução da mortalidade e na melhoria de outras doenças crónicas associadas, foi também criada a comissão nacional de avaliação do tratamento cirúrgico da obesidade, mediante o despacho n.º 17 486/2007 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 8 de Agosto de 2007.

Atendendo a que as competências ao nível da prevenção secundária e terciária, previstas no Programa Nacional de Combate à Obesidade, foram totalmente integradas nas estratégias definidas na plataforma contra a obesidade e que as atribuições referentes à cirurgia da obesidade foram integralmente absorvidas pela comissão nacional de avaliação do tratamento cirúrgico da obesidade, entendo que não se justifica manter o Programa Nacional de Combate à Obesidade.

Pelo exposto, determino:

1 — A extinção do Programa Nacional de Combate à Obesidade, aprovado por despacho do Ministro da Saúde de 28 de Janeiro de 2005, e da comissão de coordenação do Programa Nacional de Combate à Obesidade, criada pelo despacho n.º 4571/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 2 de Março de 2005.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

25 de Agosto de 2008. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

Despacho n.º 22781/2008

O Programa Nacional do Controlo da Asma, previsto no Plano Nacional de Saúde 2004-2010, encontra-se numa fase de desenvolvimento e execução em que se afigura necessário manter uma estrutura de coordenação e acompanhamento que assegure a sua aplicação a nível nacional.

Considerando que o mandato da comissão de coordenação do Programa Nacional do Controlo da Asma cessa no próximo dia 15 de Outubro, importa renovar o mandato desta.

Assim, determino:

1 — Renovo por dois anos o mandato da comissão de coordenação do Programa Nacional do Controlo da Asma, criada pelo despacho n.º 22 871/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 263, de 9 de Novembro de 2004, entretanto renovado pelo despacho n.º 24 079/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 24 de Novembro de 2006.

2 — A comissão de coordenação do Programa Nacional do Controlo da Asma fica sedeadada na Direcção-Geral da Saúde e funciona na dependência directa do director-geral da Saúde.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Outubro de 2008.

27 de Agosto de 2008. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 23009/2008

Nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 4/99, de 27 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 16/2002, de 22 de Fevereiro (entretanto revogadas pela Lei n.º 40/2003, de 22 de Agosto), torna-se público que, por despacho, de 22 de Julho de 2008, do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, no âmbito do processo de acreditação profissional dos odontologistas, Gaspar Ângelo Ferreira da Cruz foi acreditado como odontologista, com efeitos reportados a 22 de Novembro de 2002.

21 de Agosto de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Ferreira Teixeira*.